



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

208
165

Habeas Corpus nº: 206.849-5
Comarca: Caruaru
Vara: 4ª Vara Criminal
Impetrante: Zenildo de Vasconcelos Filho
Pacientes: Audenir Lourenço da Silva e outro
Procurador de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

165

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. RÉU NÃO APRESENTADO EM AUDIÊNCIA. PEQUENO ATRASO NÃO IMPUTÁVEL AO JUÍZO. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT DENEGADO.

1. A verificação da alegação de excesso de prazo não decorre de mera operação aritmética, submete-se ao princípio da razoabilidade, observada a peculiaridade do caso concreto.
2. Não configura constrangimento ilegal o pequeno retardo, que decorre de fator alheio ao judiciário, não é imputável ao Juízo ou ao Ministério Público. Nem extrapola os limites do razoável.
3. Irrelevância dos predicados pessoais dos Pacientes, porquanto a liberdade provisória encontra óbice intransponível nas disposições do art. 5º, XLIII, da Carta Magna, que reputa o tráfico de entorpecentes e drogas afins, inafiançável e insuscetível de graça ou indulto, bem como no art. 44, da Lei nº 11.434/06, que expressamente veda a concessão do benefício perseguido.
4. Ordem denegada. Unânime. Recomendando-se ao juízo a dar prioridade no processamento e julgamento da ação penal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figura como partes as acima nominadas: **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, sem votos discrepantes, pela denegação da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

209
166

Habeas Corpus nº: 206.849-5
Comarca: Caruaru
Vara: 4ª Vara Criminal
Impetrante: Zenildo de Vasconcelos Filho
Pacientes: Audenir Lourenço da Silva e outro
Procurador de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Impetrou-se ordem de habeas corpus, com pretensão liminar, em favor de **Audenir Lourenço da Silva e Josué Teixeira da Silva**, denunciados perante o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, por infração aos arts. 33 e 35, da Lei 11.343/06, nos autos do Proc. nº 0003180-79.2009.8.17.0480.

A impetração tem por escopo alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da instrução criminal.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 09/12.

Pleito liminar indeferido (fl. 19). Informações requisitadas (fl. 20).

O Juízo a quo prestou informações, por ofício de fls. 23/24.

O Procurador de Justiça, Dr. Mário Germano Palha Ramos, por parecer de fls. 29/38, opinou pela denegação da ordem.

Éis o importante a relatar.

VOTO

Conforme relatado, a impetração pretende desconstituir a prisão flagrancial imposta ao Paciente, sob alegação de excesso de prazo.

O Paciente foi autuado em flagrante delito em **06.05.2009**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

167

Oferecida a denúncia, foi ordenada a citação dos Pacientes.

Apresentadas as defesas em 24.07.2009, a exordial acusatória foi recebida e designada audiência de instrução e julgamento para 26.10.2009.

Na data aprazada, não se realizou a audiência, em face da não apresentação dos Pacientes pela SERES, sendo redesignada para 19.02.2010, estando em vias de ser realizada, ensejando o término da coleta de provas.

É de sabença palmar que a alegação de excesso de prazo não decorre de mera operação matemática, antes se submete ao princípio da razoabilidade, observadas as peculiaridades do caso concreto.

In casu, o pequeno relardo verificado não extrapola os limites da razoabilidade, nem pode ser imputado a desídia do juízo, decorre, na verdade, de fatores externos ao judiciário, as deficiências do sistema penitenciário, de exclusiva responsabilidade do Poder Executivo.

Irrelevância dos predicados pessoais dos Pacientes, porquanto a liberdade provisória encontra óbice intransponível nas disposições do art. 5º, XLIII, da Carta Magna, que repula o tráfico de entorpecentes e drogas afins, infiançável e insuscetível de graça ou indulto, bem como no art. 44, da Lei nº 11.434/06, que expressamente veda a concessão do benefício perseguido.

Pelo exposto, voto pela denegação da ordem, recomendando-se ao Juízo a quo prioridade no processamento e julgamento da ação penal.

É como voto.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator